



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO  
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

VITÓRIA RICARTE GOUVEIA

**“E EU NÃO SOU MULHER?”: uma análise sobre os padrões de gênero e identidade feminina.**

Icó – CE

2022

VITÓRIA RICARTE GOUVEIA

**“E EU NÃO SOU MULHER?”: uma análise sobre os padrões de gênero e identidade feminina.**

Monografia submetida à disciplina de TCC II, do Curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup>. Ma. Isabela Bezerra Ribeiro.

VITÓRIA RICARTE GOUVEIA

**“E EU NÃO SOU MULHER?”**: uma análise sobre os padrões de gênero e identidade feminina.

Monografia aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Isabela Bezerra Ribeiro

*Orientadora*

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Maria Aparecida Trindade

*Avaliadora*

---

Prof.<sup>o</sup> Me. Tadeu Lucas de Lavor Filho

*Avaliador*

Icó – CE

2022

## RESUMO

**Introdução:** Desde que nascemos somos limitados socialmente a tipos certos de vivência, nas quais homens e mulheres são categorizados pelo modo de se vestir, agir e comportar-se. A partir dessa categorização, é produzida a representação dos papéis sociais, limitando os sujeitos a uma identidade previamente estabelecida. Limitações essas, atravessadas por discursos de exclusão, aprisionamento e diferenciação dos sujeitos. Podemos pensar nos padrões normativos problematizando as vivências de diversas mulheres, cujo seus corpos e performances fogem dessa padronização imposta. Através dessas problemáticas o presente estudo questionou se a representação do gênero mulher está estritamente ligado a reprodução de padrões estabelecidos.

**Objetivo:** Discutir como os critérios impostos sobre as identidades podem limitar a diversidade de corpos e as relações afetivo-sexual que foge aos parâmetros sociais. **Metodologia:** O presente estudo refere-se a uma revisão integrativa de literatura, de base qualitativa, no qual foi realizado um levantamento de cunho bibliográfico e exploratório de estudos acerca da temática. A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados e periódicos online: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line (Medline).

**Considerações finais:** O estudo possibilitou um maior esclarecimento do tema, bem como para o seu aprofundamento referente as dificuldades que a mulher enfrenta durante o seu processo de construção, seja a inserção na sociedade, a busca por visibilidade e até mesmo a sua aceitação, considerando a visão que a mesma possui sobre o seu corpo, comportamento e suas relações serem opostas ao que lhe foi direcionado desde o nascimento.

**Palavras-chave:** Identidade de Gênero. Performance. Feminilidade. Papéis Sociais. Estigma.

## ABSTRACT

**Introduction:** Since we are born, we are socially limited to certain types of experience, in which men and women are categorized by the way they dress, act and behave. From this categorization, the representation of social roles is produced, limiting the subjects to a previously established identity. These limitations are crossed by discourses of exclusion, imprisonment and differentiation of subjects. We can think of normative standards by problematizing the experiences of several women, whose bodies and performances escape this imposed standardization. Through these problems, the present study questioned whether the representation of the female gender is strictly linked to the reproduction of established patterns.

**Objective:** To discuss how the criteria imposed on identities can limit the diversity of bodies and affective-sexual relationships that go beyond social parameters. **Methodology:** The present study refers to an integrative literature review, with a qualitative basis, in which a bibliographic and exploratory survey of studies on the subject was carried out. The search for articles was performed in the databases and online journals: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line (Medline). **Final considerations:** The study made possible a greater clarification of the theme, as well as for its deepening regarding the difficulties that women face during their construction process, whether the insertion in society, the search for visibility and even their acceptance, considering the vision she has about her body, behavior and her relationships are opposite to what was directed to her since birth.

**Keywords:** Gender Identity. Performance. femininity. Social Roles. Stigma.

## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Fluxograma da seleção dos artigos .....	20
--	----

## LISTAS DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Levantamento bibliográfico .....	21
<b>Quadro 2:</b> Descrição dos artigos selecionados segundo autores, ano de publicação, objetivo de estudo e resultados da pesquisa .....	22

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>9</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	9
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>10</b>
3.1 PAPÉIS SOCIAIS E A IDEIA DO FEMININO QUE SE ESPERA DE UMA MULHER .....	10
3.2 QUE SE ESPERA DE UMA MULHER .....	13
3.3 ESTIGMAS, ESTEREÓTIPO E IDENTIDADE DE GÊNERO .....	14
3.4 IDENTIDADE GRUPAL .....	16
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>18</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>20</b>
5.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA E A CATEGORIZAÇÃO DE CORPOS A PARTIR DOS PADRÕES NORMATIVOS.....	23
5.2 O IMPACTO DA VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO LIGADA A PERFORMANCE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	25
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Desde que nascemos somos limitados a tipos certos de vivência, nas quais homens e mulheres são categorizados pelo modo de se vestir, agir e comportar-se. Da mesma forma somos educados para responder positivamente a essas restrições, vestindo e agindo da maneira que correspondesse ao nosso sexo biológico e nos levando a acreditar que existe um modo certo de representar os papéis sociais de “homem” e “mulher” (SMITH; SANTOS, 2016).

Reconhecendo que a sociedade exige padrões normativos de ser e existir, tudo o que se desenvolve para além do normativo é julgado como desviante ou apagado. Um exemplo disto é o binarismo de gênero usado para separar os indivíduos através da característica biológica e social dos seus corpos. A partir dessa categorização, é produzido a representação dos papéis sociais, limitando os sujeitos a uma identidade previamente estabelecida. Limitações essas, atravessadas por discursos de exclusão, aprisionamento e diferenciação dos sujeitos.

Essa distinção acontece através da apresentação dos nossos corpos. Sendo este, delimitado através das características físicas e/ou sexo biológico, onde o homem sempre foi representado através da força, superioridade, detentor de conhecimentos e trabalhos braçais e a mulher através do cuidado, educação, delicadeza, proteção e atividades domésticas.

Segundo Barbosa et al. (2019) a organização entre o que é aceitável ou não se desenvolve a partir de uma relação de poder, estabelecida pelo patriarcado. Patriarcado está presente na sociedade de maneira variada, podendo se expressar de diferentes formas e contextos diversos. Almeida (2010) destaca que o patriarcado é um sistema que modela as relações de gênero se estendendo tanto às relações entre um homem e uma mulher, como entre homens e entre mulheres.

Dentro dessa discussão, alguns conceitos se tornam fundamentais: Gênero, Identidade de gênero e a orientação sexual. De acordo com Jesus (2001) Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificado(a) como homem ou mulher. O autor considera que o gênero é algo social e que pode ser construído culturalmente. A identidade de gênero está relacionada ao gênero com o qual uma pessoa se identifica independentemente de suas características biológicas (COLLING, 2013).

Já a orientação sexual diz respeito ao desejo afetivo-sexual do indivíduo. Essa se caracteriza como identidade que se atribui a alguém em função da direção ou à inclinação da sua atração afetivassexual, quando esta se dirige a alguém do mesmo sexo, denomina-se de orientação homossexual; se, ao contrário, a alguém do sexo oposto denomina-se heterossexual,

se pelos dois sexos, de bissexual e quando não acontece essa direção, pode-se denominar assexual (RIOS; PIOVESAN, 2001).

Embora os conceitos apresentados acima estejam relacionados, é importante ressaltar que uma dimensão não depende da outra. Não existe nenhuma norma de dependência entre orientação sexual, identidade de gênero e gênero. Assim, nem todo sujeito nasce cisgênero e/ou heterossexual. Diante dessas questões, a presente pesquisa buscou explorar de que forma os critérios impostos sobre as identidades podem estigmatizar a diversidade de corpos e as relações que fogem aos parâmetros sociais, causando sofrimento psíquico.

Podemos pensar nos padrões normativos problematizando as vivências de diversas mulheres, cujo seus corpos e performances fogem dessa padronização imposta. Como exemplo, podemos citar as mulheres lésbicas não femininas, mulheres transgêneros e transexuais, que não reproduzem o que é tido como feminilidade através dos padrões estéticos. Problematizar essas vivências é também questionar a quais lugares pertencem esses corpos, a possível existência de um padrão de mulher lésbica e transgênero a ser seguido e quem as representa.

Ao problematizar as normatividades, podemos repensar sobre a identidade do ser feminino e questionar: a representação do gênero mulher está estritamente ligado a reprodução de padrões estabelecidos? Uma vez que essa existência está atrelada a uma reprodução de discursos e comportamentos já delimitados socialmente, se faz necessário considerar as inúmeras possibilidades de habitar um corpo feminino.

Em um breve levantamento bibliográfico sobre a temática nas bases de dados, percebeu-se a carência de discussões sobre a identidade feminina em mulheres com padrões estéticos não normativos na área da psicologia ou em revistas científicas de psicologia nos últimos 5 anos. Destaca-se o valor que tem para área poder considerar as formas identitárias, de comunidades, de estigma, preconceito e discriminação, que são caras ao debate da psicologia e da saúde mental coletiva. Estima-se contribuir com a ciência psicológica, promovendo discussões sobre acolhimento e aceitação social, conscientização da sociedade e com o interesse em estudos como este, considerando a escassez de abordagens relacionadas a este assunto.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Discutir como os critérios impostos sobre as identidades podem limitar a diversidade de corpos e as relações afetivo-sexual que foge aos parâmetros sociais.

### **2.2 ESPECÍFICOS**

- Expor conceitos e padrões estabelecidos de feminilidade lésbica e transexual;
- Compreender a construção de preconceitos, estereótipos e discriminação de gênero;
- Problematizar a estética da feminilidade cultural.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 PAPÉIS SOCIAIS E A IDEIA DO FEMININO

Nos últimos anos a discussão sobre gênero tem tomado espaços diversos, acadêmicos e não acadêmicos, chegando a fazer parte da linguagem social e trazendo à tona um carrefour de novos conceitos que antes não faziam parte do vocabulário da população, estas terminologias nos ajudam a compreender a relação entre identidade e orientação sexual, assim como questionar padrões pré-estabelecidos socialmente sobre as formas de ser homem e mulher na nossa cultura.

Essa imposição sobre as maneiras de existir limita o sujeito e impossibilita o desenvolvimento da sua verdadeira identidade. Beauvoir (1967) ao afirmar “não se nasce mulher: torna-se mulher” considera que o ser humano, ao nascer, não tem uma identidade predefinida, e somente a partir da sua existência que ela poderá ser definida.

As pessoas, em sua grande maioria, são aprisionadas nos corpos que nasceram e respondem a essas normas pré-estabelecidas de existir. O sujeito que performa corpos tende a burlar as normas de conduta em uma tentativa de recuperar sua autonomia, sua identidade e construir um novo corpo de maneira livre, sem opressão (ROSSINI, 2018).

Assim, é necessário apresentar os termos disparadores do debate que se pretende realizar, no sentido de aproximar o leitor com o que significa identidade de gênero, orientação sexual e performance.

Identidade de gênero diz respeito ao gênero de identificação que cada pessoa se reconhece, ou seja, condiz com a percepção que cada pessoa possui de si, como ela se vê e deseja ser reconhecida, podendo ou não, concordar com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento (BURGUER, 2019). De acordo com Grossi (1998) a identidade de gênero é construída ainda no útero, quando há a rotulação do bebê como menina ou menino. Essa identidade nos possibilita pensar o lugar do indivíduo dentro de uma cultura, onde socialmente é previsto os seus comportamentos e se esses condizem com a sua identidade.

Compreendendo a identidade de gênero como uma experiência individual e interna de cada indivíduo, podemos considerar que essa pode envolver, por escolha do mesmo, modificações por meio da vestimenta, nome, características corporais, comportamento entre outras expressões de gênero que podem ou não corresponder ao seu sexo biológico (GLAAD, 2016).

É importante destacar que não são todos os sujeitos que se incluem na padronização binária de homem/mulher, podemos considerar o caso de pessoas agênero e queer. Onde

peessoas agênero não se identificam ou não se sentem pertencentes a nenhum gênero. Já o termo queer, está direcionado para pessoas cuja orientação sexual não é unicamente heterossexual. Esse termo pode também ser utilizado para descrever identidade e/ou expressão de gênero das pessoas que não se identificam com os termos lésbicas, gay e bissexuais e consideram os mesmos como rótulos que limitam a vivência da sexualidade (COLLING, 2013).

Segundo Rios e Piovesan (2001) a orientação sexual é um termo que considera a atração emocional, afetiva e/ou sexual, direcionado de uma pessoa para outra, de maneira involuntária. Podendo ou não acontecer entre indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou mais de um gênero. Identidade de gênero e orientação sexual são condições distintas e que não se confundem. Tanto as pessoas transexuais quanto as pessoas cisgênero podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais.

Em suma, existem três orientações sexuais predominantes: a heterossexualidade que condiz com a pessoa que se atrai de maneira física, afetiva e/ou amorosa por indivíduos de gênero oposto; a homossexualidade que está relacionada com as relações afetivas, amoras e sexuais entre pessoas do mesmo gênero e por fim, a bissexualidade, que diz respeito às relações afetivas e sexuais entre ambos os gêneros (GÊNERO et al, 2009).

Ainda que as orientações citadas acima sejam predominantes, não são as únicas existentes, existe uma gama de possibilidades. Dentre elas, pode-se também mencionar a assexualidade e a pansexualidade, onde a primeira diz respeito aos indivíduos que não sentem nenhuma atração, seja afetiva ou sexual, independente do gênero/sexo e a segunda que está relacionada às pessoas que sentem atração física, sexual e/ou amorosa por outros independente do seu sexo, gênero ou identidade de gênero (ABGLT, 2010).

Por último, a performance, de acordo com Butler (1990), é um ato discursivo-corporal que integra um processo de naturalização e reprodução de identidades, papéis e normas sociais. Focalizando a produção da subjetividade nos processos de significação durante a construção do indivíduo. O sujeito é construído performaticamente nas experiências de repetição de normas, onde o gênero é tanto construído quanto desestabilizado, ou seja, o indivíduo durante o seu desenvolvimento baseia sua performance nas normas já estabelecidas e ao longo desse processo pode haver a quebra de padrão.

Os papéis sociais estão relacionados às ações padronizadas de comportamentos impostas às pessoas desde o seu nascimento, seja no ambiente escolar, de trabalho ou familiar. É esperado das pessoas determinados comportamentos convenientes com os seus grupos. O mesmo ocorre dentro dos papéis de gênero, a partir do momento que o sujeito nasce, e até

mesmo antes do seu nascimento, é esperado dele determinados comportamentos normativos e discursos condizentes com o seu sexo (GROSSI, 2000).

Segundo Scott (1995) a feminilidade e masculinidade são pré-determinadas pela sociedade através do sexo biológico. Dessa forma a importância da distinção entre os termos sexo e gênero se tornaram claras. Onde o termo sexo distancia o sujeito de algo que ele pode se identificar, enquanto o termo gênero possibilita que o mesmo se liberte para identificar-se. À vista disso, podemos repensar sobre a identidade e entender o condicionamento social que é construído de acordo com as idealizações da sociedade. Com isso, Butler nos leva a questionar:

O que pode então significar “identidade”, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante como essas suposições impregnam o discurso sobre as “identidades de gênero”? Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero (Butler, 2010, p. 42).

Representar um gênero está ligado em dizer quem o sujeito é, a identidade de homem ou mulher pode ser entendida como uma performance e está conectado com suas ações no mundo, não é apenas essa identidade que pode definir o sujeito, mas também, seus fatores culturais e como a pessoa se expressa socialmente através dos discursos, vestimenta e comportamentos. Podemos considerar transformistas como exemplo de performatividade de gênero, considerando que essas pessoas se vestem com roupas socialmente ditas como femininas ou masculinas, apresentam discursos e comportamentos relacionados à sua identidade (ABGLT, 2010).

Os mesmos fatores culturais participantes da construção do sujeito fora da padronização do binarismo, também determinam a definição de sexo e de gênero estabelecendo padrões a serem seguidos, condicionando as pessoas a que se encaixem em determinado sexo e/ou gênero. Essa padronização passa a determinar as características que são esperadas de corpos femininos e masculinos (BUTLER, 2003).

Barbosa et al. (2019) aponta que a partir do momento que o indivíduo não vai em direção ao que é tido como normal, ele está sujeito na maioria das vezes a uma segregação social. Uma vez que ele tenta buscar a si dentro de uma cultura padronizada, ele acaba encontrando uma carência em socialização, diversos conflitos e críticas ideológicas que atrapalham a construção livre da sua identidade.

### 3.2 O QUE SE ESPERA DE UMA MULHER

A sociedade desde muito cedo insiste em moldar a mulher, delimitar suas funções e construir estereótipos de gênero baseando-se em uma ideologia patriarcal (MORENO, 1999). Representar um corpo, seja masculino ou feminino, independente da classe, etnia, religião ou cultura, significa, a partir do nascimento, ser limitado a certos tipos de comportamentos, emoções, discursos, entre outras formas de existir.

De acordo com Thomas Csordas (2008) o corpo é produzido através dos processos sociais e pode ser considerada referência central da identidade do sujeito. Segundo o autor, embora a construção de cada corpo seja única, todos participam de uma produção compartilhada culturalmente, é através dele que exteriorizamos a nossa identidade e do grupo a qual pertencemos.

Strey (2004) considera o corpo como uma construção histórica e cultural, por meio dela, pode ser estabelecida ideias e conceitos a respeito da mulher. Esta tem uma relação direta com a construção dos padrões de beleza ideais sobre o corpo feminino. O padrão de beleza nada mais é que uma estrutura estimulada pela classe dominante, designada a controlar, limitar e negar a diversidade de corpos.

Para Gomes; Rocha (2018) dentro da sociedade existem padrões estéticos que determinam quais características físicas são consideradas ideais, por exemplo, cor de pele, tipo de cabelo, traços do rosto e peso. Além de um padrão estético também existe o de feminilidade, este determina quais roupas as mulheres devem usar, como elas devem se comportar, o que comer e com quem elas poderiam se relacionar. As mulheres, por muitas vezes e por muito tempo, foram e continuam sendo reféns da procura pelo corpo belo e ideal como uma maneira de responder positivamente aos processos de socialização.

Mulheres lésbicas, transgêneros e transexuais que não performam feminilidades, tem seus corpos, características físicas e sexuais, socialmente, equiparadas a de homens heterossexuais, numa tentativa incessante de padronizar os papéis de gênero (BERSTEIN, 2001, p.99). Papéis esses que não pertencem propriamente a um determinado corpo e que são, na verdade, construídos socialmente através da imposição de uma heteronormatividade compulsória que atravessa a identidade desses corpos.

Os questionamentos acerca de uma “fiel” identidade feminina advêm de uma busca incessante pela imposição de normatividade entre os diversos espaços sociais e culturais numa tentativa de apagar, punir e excluir qualquer outra identidade que fuja do padrão normativo de mulher branca cisgênero. Exclusões essas que prejudicam incessantemente a trajetória dessas

pessoas e incluem violação de direitos, discriminação, violência e pouco acesso aos serviços de saúde (MARTINS, 1997).

Desse modo, pensar na interseccionalidade diante dessa luta por visibilidade é necessário, considerando que por inúmeras vezes muitas mulheres tiveram suas experiências baseadas num ideal de mulher e sua existência não reconhecida, como acontece com mulheres negras, transexuais, indígenas, pobres e lésbicas. Devemos ressaltar que, independentemente dessas questões, cada pessoa tem consigo uma mulheridade a manifestar e ser validada.

### 3.3 ESTIGMAS, ESTEREÓTIPO E IDENTIDADE DE GÊNERO.

Estigma, na Grécia antiga, era definido como marcas corporais que buscavam indicar coisas negativas sobre a moral das pessoas. Essas marcas eram feitas com objetos cortantes e/ou fogo, com o intuito de identificar escravos, ladrões, prostitutas e ex-soldados (GOFFMAN, 1988). O estigma tem uma condição temporal e é visto de acordo com a realidade e contexto social da sociedade, ou seja, não necessariamente um comportamento considerado inadequado para uma sociedade será para outra. Por exemplo, as marcas que para os gregos eram retratadas negativamente, na idade média, representavam sinais de uma graça divina.

Goffman (1988) define o estigma como uma situação em que o sujeito está inabilitado para a aceitação social plena. O estigma surge a partir das concepções sobre determinada pessoa e está relacionada com a identidade social dos indivíduos e seus grupos. Essas concepções possibilitam a sociedade criar um modelo social de vivência, categorizando os sujeitos de acordo com as características consideradas comuns. Tal categorização pode acontecer através das vestimentas, padrões de linguagem, religião, cor de pele, e no comportamento, inibindo os sujeitos e prejudicando sua autonomia. Embora as características sociais que se tornaram alvo de estigma possam variar através do tempo e contexto social, a estigmatização ainda permanece colaborando com a exclusão e a separação de grupos considerados fora do padrão social.

O estigma pode se apresentar em três formas: deformações físicas, como deficiência motora, auditiva e visual; desvios de comportamentos, como distúrbios mentais, vícios e sexualidade, e por último, relacionados à religião, raça etc.

A população LGBTQIA+ integra um grupo de pessoas mais suscetíveis ao processo de estigmatização, os participantes não caminham a favor da imposição de normas de conduta instituídos pelo sistema patriarcal, onde as pessoas são categorizadas dentro do binarismo de gênero e heteronormatividade. Os participantes deste grupo estão sujeitos, diariamente, a



diversas formas de opressão, intolerância e segregação por parte dos indivíduos que são considerados como normais (SILVA; ET. AL, 2021).

As pessoas que não estejam dentro do padrão determinado, no qual, não performam, não se vestem e/ ou não se comportam, de acordo com o seu gênero, fazem parte desse grupo estigmatizado. Esses indivíduos ao se perceberem vulneráveis a esse processo optam, na maioria das vezes, negar a sua individualidade e até se isolar.

A estigmatização acontece de acordo com a exposição das características dos indivíduos. Quanto mais o indivíduo tem sua característica, fora dos padrões, perceptível, mais acentuado é a estigmatização, diante disso, o sujeito está sob a condição de desacreditado, quando não perceptível, ele está na condição de desacreditável. Embora ambas as condições causem sofrimento para os envolvidos, onde estes perdem sua identidade e tem sua individualidade negada, o sujeito na condição de desacreditado tende a sofrer mais julgamento social (MELLO, 2000).

A sociedade ao criar modelos e padrões de conduta espera que, todos ou sua grande maioria, responda positivamente a esse sistema de controle com o objetivo de classificar as pessoas por meio de características consideradas comuns, e a partir disso, categorizar os envolvidos. Tajfel (1983) considera a categorização social como um sistema de orientação que ajuda a determinar a posição de um indivíduo na sociedade através de grupos. De acordo com o autor, o indivíduo, geralmente, associa-se a um grupo quando este poderá contribuir para a sua identidade.

Para um melhor entendimento e conceituação do estigma, é importante apresentar outros conceitos que estão envolvidos com a sua construção. Dentre os demais relacionados, pode-se destacar o estereótipo. Considerando que existem poucas características distintas entre eles e ambos envolvem o reconhecimento de grupos para a identificação do indivíduo.

Para Castro (1999), estereótipo é caracterizado pelas impressões simples desenvolvidas de maneira generalizada acerca de características, psicológica, moral ou física, podendo ser de natureza positiva ou negativa, influenciando condutas e comportamentos, usados principalmente para definir e limitar pessoas. Os estereótipos podem ser adquiridos no decorrer das experiências na sociedade, partindo da ideia de senso comum e variando de acordo com o grupo e cultura.

Os estereótipos de gênero se referem ao padrão de comportamento que, socialmente, consideram mais apropriados para mulheres ou para homens, baseando-se em papéis tradicionais de gênero (NOGUEIRA E SAAVEDRA, 2007). Esses estereótipos acompanham as pessoas desde o nascimento, padronizando discursos, corpos, vestimentas e comportamentos.

A construção do masculino e feminino partiu de um viés machista que busca justificar os preconceitos através da diferença biológica (PISCITELLI, 2009). As mulheres sempre foram vistas como pessoas meigas, delicadas, protetivas e responsáveis principalmente pela casa e filhos, enquanto ao homem, cabia o sustento da família, administração de bens e as atividades que envolviam força física.

Essa padronização de comportamento contribuiu para que os indivíduos desempenhassem papéis diferentes na estrutura social. Onde, antigamente, o homem era responsável por atividades que exigiam força física, enquanto a mulher era designada para atividades relacionadas a casa e aos filhos. A ocupação desses papéis associados ao trabalho possibilitou o reforço dos estereótipos de gênero já implantados pela cultura patriarcal.

### 3.4 IDENTIDADE GRUPAL

A disseminação dos padrões impostos aconteceu gradativamente e está relacionado às diferenças entre os grupos existentes. Como por exemplo, a categorização social entre homens e mulheres, suas funções e vivências (CYRINO, 2013). O sujeito ao corresponder com a padronização de seu grupo pode reproduzir diversos discursos ou condutas que condizem com o sistema ao qual este se sente pertencente, e assim, colaborar com os objetivos que o grupo visa alcançar.

O sujeito é um ser sociável, sua interação com outros é imprescindível para o seu desenvolvimento e a construção da sua identidade. Desse modo, pode-se considerar que todo ser humano pertence a um grupo, seja familiar, escolar ou institucional. Esse influencia diretamente no comportamento dos envolvidos.

O grupo representa uma unidade que se dá quando existe a interação dos indivíduos entre si compartilhando um objetivo, é através dele que o sujeito desenvolve boa parte das suas características sociais (Alexandre, 2002). Geralmente, esse interesse pelas relações sociais é desenvolvido na adolescência quando o sujeito sente uma necessidade em conviver em grupos, onde ele poderá desenvolver sua identidade social.

O indivíduo ao sentir-se pertencente ao meio adquire e reproduz, normas, condutas costumes, valores e preconceitos condizentes com a cultura do seu grupo, podendo essa reprodução ser direcionada à outra pessoa ou outro grupo. Martin Baró (1989) relaciona identidade grupal com o sentimento de identificação com o grupo e com a coerência de interesses pessoais e coletivos. Quanto mais o sujeito se identifica com o seu grupo, mais ele poderá desenvolver e definir sua personalidade.

De acordo com Erikson (1972) a construção da identidade acontece durante toda a vida, mais fortemente durante a passagem da infância para a adolescência, tanto de maneira individual como também através da interação com outras pessoas, e está relacionada com o estabelecimento de suas crenças e princípios. Durante a construção de identidade o sujeito escolhe uma direção, normas e valores aos quais vão seguir e pode encontrar dificuldades ao longo do processo por não conseguir desenvolver uma identidade que esteja de acordo com o seu contexto cultura. Através dessa construção, o indivíduo desenvolve elementos próprios de sua identidade, como suas emoções, medos e principalmente sua personalidade.

Baptista (2010) considera a personalidade como um conjunto de processos cognitivos que nos fazem reagir sobre determinada forma de acordo com o contexto. A personalidade é uma característica do ser humano, formada ao longo do seu crescimento, envolvendo os ambientes em que o indivíduo está inserido. Essa determina a individualidade de cada pessoa e podem ser estimulados a partir da infância, através dos pais, professores e outros que fizeram parte do desenvolvimento desse sujeito.

## 4 METODOLOGIA

O presente estudo refere-se a uma revisão integrativa de literatura, de base qualitativa, no qual é realizado um levantamento de cunho bibliográfico e exploratório de estudos acerca da temática. Gil (2002) afirma que seja qual for o trabalho científico, este deve iniciar com uma pesquisa bibliográfica, pois é através desse processo que o pesquisador poderá ter acesso a assuntos que já tenha estudado.

A pesquisa qualitativa, faz uso de aspectos subjetivos, que incluem diferentes perspectivas de fenômenos sociais, utilizando métodos, teorias e estratégias de comparação, possibilitando ao pesquisador uma melhor compreensão e interpretação através dos diferentes pontos de vista, e em consonância com a pesquisa exploratória, permite um aprofundamento maior sobre o tema (GONSALVES, 2003).

Segundo Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa exploratória possibilita ao pesquisador uma proximidade com o objeto de estudo através do levantamento, definição e delineamento das informações bibliográficas colhidas dando suporte para a construção de conceitos e hipóteses iniciais.

Mendes et al., (2008) afirma que através da revisão integrativa, o pesquisador pode analisar, de forma extensa, um determinado fenômeno expresso em estudos anteriores e coletar resultados de forma ordenada. Logo, a elaboração da revisão integrativa sucedeu-se através de seis passos, sendo estes: identificação da questão norteadora e definição das estratégias de busca; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados; categorização dos estudos selecionados; avaliação e interpretação dos resultados e por fim a apresentação e síntese do conhecimento (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A busca dos artigos foi realizada entre os meses de março a maio de 2022 nas bases de dados de periódicos online: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line (Medline). A etapa da coleta de dados aconteceu a partir da aplicação dos descritores da pesquisa, na plataforma (DeCS), descritores em ciência da saúde, sendo estes: “Identidade de Gênero” and “Padrão de Gênero”, “Papel de Gênero” and “Performatividade de Gênero” e “Estigma Social” and “Feminilidade” e “Padronização Corporal”, juntamente com as combinações com o booleano AND.

Os artigos foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão estabelecidos: estudos na língua portuguesa, artigos completos, gratuitos, publicados nos últimos cinco anos e que contenham em seu conteúdo as temáticas de padronização, performance e identidade de

gênero. Os critérios de exclusão adotados, foram artigos que não estavam eletronicamente disponíveis, teses, dissertações, estudos que não condizem com o contexto abordado, bem como artigos duplicados e incompletos.

A seleção dos estudos e extração dos dados se deu inicialmente com a estratégia de busca, na qual foram utilizados os descritores estabelecidos, em seguida foi executado a leitura das titulações dos artigos, juntamente com a leitura minuciosa dos resumos, e com isso foi finalizado a identificação do tipo de estudo, sendo excluídos os que não possuíam associação com a temática, com base nos critérios de inclusão e exclusão, e posteriormente foi efetuado a leitura na íntegra, com base os artigos selecionados nas etapas anteriores.

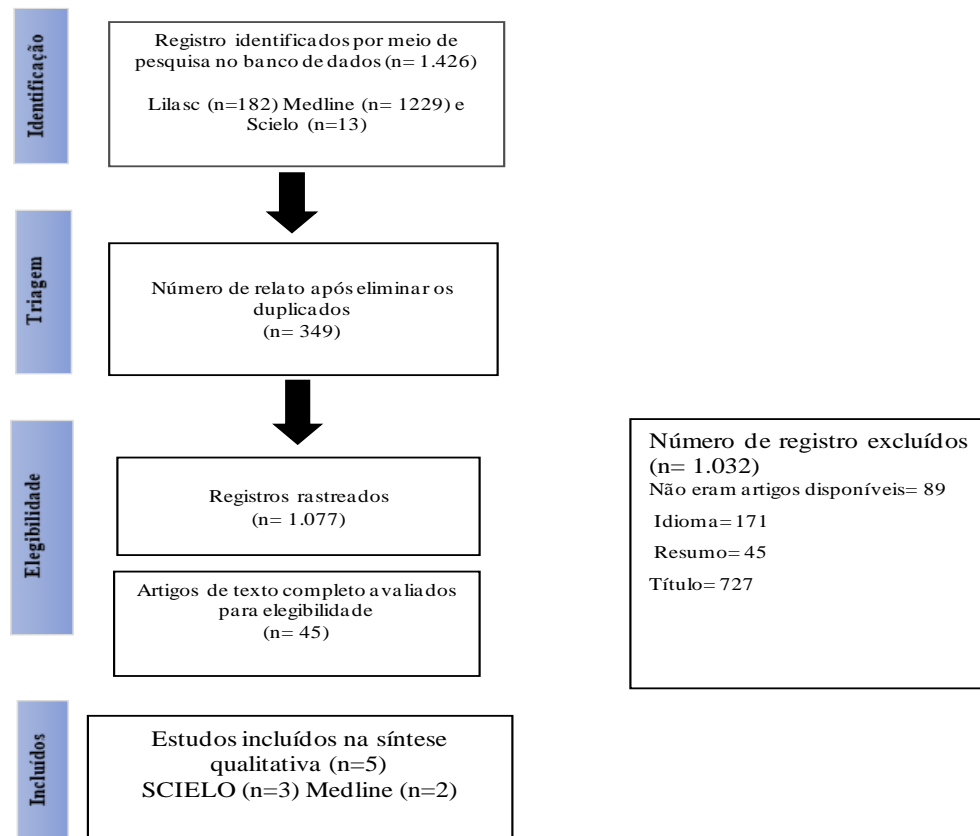
Os artigos encontrados nas últimas etapas foram organizados em uma tabela no Microsoft Excel 2016 para facilitar o processo de análise dos dados. A análise foi conduzida em quatro etapas distintas, sendo a primeira a organização dos conteúdos por meio da leitura completa dos estudos, em seguida a estruturação dos dados colhidos, para posteriormente os mesmos serem categorizados, classificados, diferenciados e agrupados de acordo com os aspectos em comum, juntamente com a comparação das temáticas encontradas, e pôr fim a análise e disposição do discurso.

## 5 RESULTADOS E DICUSSÕES

O fluxograma de dados aplicado, é dividido em quatro etapas sendo elas: Identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Inicialmente a busca foi executada nas plataformas delimitadas através da associação entre os descritores já citados, de modo a gerar uma quantidade de registros, sendo abordadas na identificação, pelas seguintes bases de dados: Lilacs (n=182); Medline (n=1.229) e Scielo (n=13).

Posteriormente foi realizado a triagem dos registros pela filtragem de forma detalhada nas bases de dados, sendo ativado os seguintes filtros: texto completo e últimos 5 anos, em seguida foi descartado conforme duplicação, após a leitura das titulações e resumos na integra ficaram um total de 1.077 estudos.

Na análise quanto a elegibilidade, foi realizado uma nova busca mais delineada, com ênfase nos critérios estabelecidos de inclusão e exclusão, através da leitura completa dos artigos na integra, foram incluídos 45 artigos, sendo descartados com base no tipo de idioma, artigos não sendo da língua portuguesa, conforme os resumos, titulações e não eram disponíveis eletronicamente, ficando o total de 5 artigos para serem expostos na síntese qualitativa para análise do discurso.



**FIGURA 1:** Fluxograma da seleção dos artigos.

A seguir, no quadro 1, apresentamos o levantamento bibliográfico dos artigos selecionados com base nos critérios citados acima:

**Quadro 1.** Levantamento bibliográfico

<b>LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO</b>			
<b>TÍTULO ARTIGO</b>	<b>ANO</b>	<b>REVISTA</b>	<b>METODOLOGIA DE ESTUDO</b>
Feminilidade e suas imagens em mídias digitais: Questões para pensar gênero e visibilidade no século XXI.	2017	Tempo Social	Revisão teórica e metodológica.
Negociando normalidade(s): construções da identidade de gênero entre meninas.	2020	Revista estudos feministas	Recorte temático e empírico.
Vidas Precárias: a Performatividade na Constituição das Violências Fóbicas em Gêneros e Sexualidades.	2020	Psicologia: Ciência e Profissão	Pesquisa qualitativa, revisão bibliográfica.
Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência.	2021	Ciência & Saúde Coletiva	Estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa.
Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas.	2022	Pro-posições	Investigação de doutoramento, coleta de entrevistas abertas de inspiração metodológica narrativo biográfica.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2022.

Para facilitar o processo de análise dos dados, destacaram-se informações retiradas de cada estudo, foram estes: o ano de publicação, o título do artigo, a metodologia do estudo e a revista de publicação.

A seguir, no quadro 2, apresenta-se a descrição dos artigos selecionados, dentre as informações extraídas, destacam-se: o título do artigo, ano da publicação, o objetivo de estudo e os resultados de cada artigo.

**QUADRO 2.** Descrição dos artigos selecionados segundo Título do artigo, ano de publicação, objetivo de estudo e resultados da pesquisa.

<b>TÍTULO ARTIGO</b>	<b>ANO</b>	<b>OBJETIVO DO ESTUDO</b>	<b>RESULTADOS</b>
Feminilidade e suas imagens em mídias digitais: Questões para pensar gênero e visibilidade no século XXI.	2017	Compreender a construção de imagens do gênero feminino que naturalizariam uma inclinação à afetividade e à emotividade, com ênfase em material publicitário de vídeo circulante em redes sociais na internet.	A noção de protagonismo, não tanto em seu sentido político, mas em seus aspectos mais individualizados e narcísicos, parece ser reforçada no imaginário de usuários e usuárias, embora sua noção romantizada de autenticidade pareça cada vez mais questionável sob enxurradas de referências cinematográficas, gestos, poses e discursos estereotipados.

Negociando normalidade(s): construções da identidade de gênero entre meninas.	2020	Analisar a matriz do conceito de homofobia e as diversas formas de manifestação da violência contra gêneros e sexualidades.	Pessoas LGBTI+ vem sofrendo todos os tipos ações violentas por meio do ódio estruturado para matar. Frequentemente, essas violências são as mais contumazes que se dão como “ato simbólico” no corpo da vítima na tentativa de destruir sua identidade de gênero ou alguma característica que indique a orientação sexual contrária a cis-heteronorma.
Vidas Precárias: a Performatividade na Constituição das Violências Fóbicas em Gêneros e Sexualidades.	2020	Analisar a construção da identidade de gênero entre meninas adolescentes, a partir da sua dimensão performativa.	O aprendizado de gênero constitui-se nessa familiarização com práticas, valores, papéis e formas de interação presentes na cultura local. A identidade feminina é construída por esses jogos de diferenças e oposições que não confluem entre polos de um ‘eu’ e um ‘outro’ exterior como a masculinidade hegemônica, mas conformam, situacionalmente, polos contrários.
Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência.	2021	Analisar o impacto do estigma e da discriminação diante do sofrimento psíquico de adolescentes LGBT.	Durante a adolescência, a estigmatização e a exclusão social vivenciadas pela população LGBT acarretam importantes prejuízos à saúde mental, como a depressão, ideação, tentativa de suicídio e suicídio. O apoio familiar e o processo de autoaceitação são mecanismos fundamentais para o enfrentamento e o empoderamento do adolescente.
Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas.	2022	Discutir, a partir de narrativas de sete mulheres lésbicas, os modos como se articulam as performatividades de gênero e as práticas educativas lesbofóbicas, no âmbito familiar.	A visibilidade e a hipervisibilidade estavam condicionados às performatividades de gênero das participantes e que suas corporalidades foram observadas, controladas, negociadas, refutadas e educadas de tal modo que a lesbofobia atuou como recurso educativo.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2022.

O quadro 2, elenca o título dos artigos, o ano de publicação, objetivos de estudo e os resultados das pesquisas. Através deste, é possível observar que todos os estudos pertencem a língua portuguesa. Ressaltando os anos de publicação, percebeu-se uma quantidade maior de estudos publicados referente ao ano de 2020. Em relação as revistas, ambos estudos foram extraídos de revistas distintas.

Considerando os resultados do levantamento bibliográfico, estes foram agrupados em duas categorias para uma consecutiva discussão mais aprofundada: 1) A construção da identidade feminina e a categorização de corpos a partir dos padrões normativos; e 2) O impacto da violência e discriminação ligada a performance de gênero.



## 5.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA E A CATEGORIZAÇÃO DE CORPOS A PARTIR DOS PADRÕES NORMATIVOS

De acordo com os dados observados no quadro, Rossi (2017) e Guimarães et al. (2020) tem seus objetivos interligados, sendo estes voltados para análise e compreensão da construção da identidade de gênero através da quebra de papéis normativos componentes nos discursos, contextos e meios no qual o sujeito esteja inserido. Os artigos citados acima trazem como resultado a afirmação de que a constituição da identidade diz respeito a interação do indivíduo com o meio, e que esse está sujeito a inúmeras experiências, podendo influenciar ou não na reprodução de normas.

Rossi (2017) fomentou em seu estudo a importância da ressignificação da naturalidade em ações midiáticas em uma tentativa de propagar uma fiel representação do feminino, considerando a mídia como principal veículo de produção e compartilhamento de identidade e performances de corpos, culturalmente, inalcançáveis. Uma representação que muitas vezes está hegemonicamente ligada a figura da mulher como detentora de afazeres domésticos, mãe, cuidadora ou a propagandas midiáticas, onde há a hipersexualização de seus corpos numa tentativa de naturalizar a objetificação da mulher. Onde essa, em sua maioria, é compreendida como uma ação voltada para agradar ao público masculino.

Considerando o feminino como resultado de um processo contínuo de construção psicossocial cuja vinculação com o sexo biológico é fruto das definições e atribuições culturais. Os ideais de feminilidade se apresentam como reflexos naturais e automáticos das especificidades desse processo de construção. Segundo o autor supracitado, através da influência dessas propagandas midiáticas, as mulheres passam a construir suas subjetividades em consonância com o que é divulgado, reproduzindo e alimentando os padrões estéticos sociais que as privam de uma aceitação e pertencimento de seus corpos.

Madureira (2016) em consonância com Rossi (2017), trazem através dos seus estudos o quanto os padrões de beleza e de feminilidades veiculados através das mídias sociais são principais influenciadoras de discursos e comportamentos no processo de construção do sujeito e sua inserção no meio social.

Carvalho (2018) afirma que a representação da imagem do feminino sempre esteve atrelada a um corpo magro, uma idade mediana, um papel heteronormativo, uma classe social elevada e um tom de pele mais claro. Dessa forma, é indispensável considerar a segregação social, invisibilidade e o sofrimento decorrente das imposições de padrões estéticos que esta promove aos sujeitos que de alguma maneira fogem da imposição desses padrões.

O padrão de beleza é uma construção da cultura, sujeito a mudanças com o decorrer do tempo. Ele, por sua vez, em qualquer lugar em que é hipervalorizado, pode gerar diversas consequências, entre elas, a mais “drástica” de alterações do corpo, provocando sentimentos negativos, como insatisfação, dor, angústia salientando também sobre ao perigo a exposição de procedimentos extremamente perigoso e o adoecimento psíquico (RICH, 2010).

Guimarães et al. (2020) trazem em seu estudo a edificação da identidade feminina através de normas tradicionais, afirmando discursos de passividade como componentes do modelo social de gênero, e como as relações sociais estão entrelaçadas a uma expectativa de comportamento ideal e correto imposto às mulheres. De acordo com Ferreira (2014) A construção dessa identidade passou por denominações variadas ao longo da história da humanidade, todas voltadas para a inferiorização e naturaliza da mulher, adquirindo uma face, hegemonicamente, passional de delicadeza, fragilidade, cuidado, passividade, respeito e vaidade ditado pela supremacia masculina.

Le Breton (2006) em concordância com Guimarães et al. (2020) consolida que a construção do corpo advém do contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido, e que essa produção acontece através da reprodução de identidades, papéis e normas sociais que está atrelado ao processo de aceitação e pertencimento do sujeito. Ambos autores se interligam com a ideia de que enquanto o indivíduo estiver reproduzindo os padrões normativos, o mesmo estará sujeito ao aprisionamento do seu corpo e se distanciando da sua construção individual.

Através de seus estudos Guimarães et al. (2020) expõem que sempre seremos alvos de reproduções de normas, pois a produção do corpo é temporária, volante e suscetível a intervenções, e é a partir desta repetição que ocorre o processo de inserção do sujeito com o meio, através de características, valores, ideologias e crenças, uma vez que estas não surgem naturalmente, mas sim, diante da relação pessoa-ambiente.

A produção estereotipada de uma identidade feminina, resulta na demarcação de mulheres através de normas excludentes, repressores, e na maioria das vezes violentas, que atingem os sujeitos que não performam de acordo com as delimitações previamente estabelecidas (CARVALHO, 2018). Dessa forma, as pessoas que buscam uma inserção e não respondem positivamente as demandas e imposições, tem seus corpos presos e limitados a modelos de comportamentos, posturas e pensamentos a partir das delimitações de gênero.

Assim como Guimarães et al. (2020), Bento (2006) pontua sobre a importância da resignificação de valores e características atreladas a feminilidade tradicional e “universal”, considerando a fragmentação da identidade feminina através de mulheres negras, brancas, pobres, lésbicas e transexuais, e da desconstrução de uma imagem de fragilidade e subordinação

que tem atravessado a existência desses sujeitos passando a ser também construída através de padrões estéticos que influenciam na conformação e naturalização dos corpos.

A cada dia que passa as mulheres tornam-se mais escravas da mídia e da imposição de padrões estéticos compartilhados por esta, criando expectativas e metas absurdas para atingir um modelo de corpo considerado como ideal. Essa necessidade constante em estar correspondendo aos padrões e a insatisfação decorrente dessa busca vem causando inúmeros prejuízos, entre eles podemos citar: a ansiedade, depressão, alterações de humor, distúrbios alimentares e, principalmente, o isolamento social (DIAS DE MENEZES, 2011).

A Psicologia enquanto promotora de saúde e bem estar, possibilita a promoção, e a acessibilidade a assuntos relacionados a essa temática, bem como uma compreensão maior acerca do valor do reconhecimento, naturalização e inclusão da diversidade de corpos, afim de promover e ressignificar diálogos relacionados a idealização de um biotipo ideal, preconceitos e estigmas direcionados a imagem e identidade da mulher, bem como os prejuízos causados por estas, dando suporte as suas vítimas que se encontram em sofrimento psíquico através de cuidados profissionais qualificados (BARBODA, 2020).

## 5.2 O IMPACTO DA VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO LIGADA A PERFORMANCE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Os autores Silva et al. (2021), Braga et al. (2022) e Silva e França (2020) demonstram uma ligação entre os objetivos das suas pesquisas, visando analisar e compreender os diversos tipos de violências decorrentes da discriminação baseada na orientação sexual e gênero dos indivíduos. Com relação aos resultados das pesquisas citadas anteriormente, ambos autores apontam que as pessoas que não correspondem positivamente a imposição de normas, são alvos de inúmeras ações violentas numa tentativa de destruir, apagar e moldar o sujeito que foge da padronização social, seja através da sua orientação sexual ou da performance correspondente a sua identidade de gênero.

Compreende-se através dos estudos de Silva e França (2020) que as violências fóbicas contra pessoas LGBTQIA+, sejam elas decorrentes de violência física, psicológica ou violação de direitos, se configuram comumente com uma tentativa de destruir e apagar sua identidade de gênero ou alguma característica que indique a orientação sexual contrária a cis-heteronorma. Esta é naturalizada de tal forma que suas regras são impostas culturalmente para gerar corpos e sujeitos desde a infância, cisgêneros e heterossexuais, reforçando os comportamentos dos que se “adequam” e punindo aqueles que tentam destruí-la.

A punição se reflete nos diversos estigmas e preconceitos contra toda a diversidade sexual e de gênero através de diversas estruturas de opressão, do apagamento, da generalização de corpos e da falta de representatividade onde é imposto um ideal a ser seguido, visando a permanência de uma superioridade cis-hétero (ROSA, 2020).

Nesse sentido, destacam que as violências são diversas, mas que ambas têm o mesmo objetivo de negar a existência e o reconhecimento de sujeitos que fogem da regra. Pode-se ratificar o objetivo citado anteriormente através das violências praticadas contra pessoas trans, travestis, gays e mulheres lésbicas, onde as vítimas ao sofrerem algum tipo de discriminação dispõe de feições sejam masculinas ou femininas “destruídas” com discursos e ações corretivas da parte dos agressores (DE DIRETOS HUMANOS, 2015).

Ramos e Carrara (2006) evidenciam que o estigma e a discriminação tendem a atingir de forma mais grave indivíduos cuja orientação sexual e identidade sejam mais evidentes, como exemplo, pode-se citar mulheres lésbicas ditas masculinizadas, que não se vestem ou não distribuem discursos condizentes com o imposto ao seu sexo. Essa violência de gênero contra mulheres lésbicas tende a atingir qualquer uma que assuma uma posição que difere das expectativas de uma sociedade machista.

A reprodução desses processos discriminatórios e estigmatizantes se estendem até dentro da própria comunidade lésbica, uma vez que estas mulheres ditas não femininas são reféns de termos pejorativos para designar uma masculinidade, como: caminhoneira, machorra e sapatão, retratando de modo negativo as vivências destas mulheres que não performam sua feminilidade de acordo com os padrões impostos (MEINERZ, 2011).

Segundo Almeida (2005) essa difusão de termos pejorativos atrapalha cada vez mais a luta dessas mulheres em dissociar a sua identidade a comportamentos masculinizados, em afastar a imagem da mulher lésbica dita não feminina aos estereótipos empregados e reforça ainda mais a produção de papéis de gênero tradicionais, dificultando a aceitação da sociedade a fluidez e visibilidade desses corpos.

A violência atinge mulheres das mais diversas classes sociais, raças, idades, territórios e orientações sexuais. Nesse sentido, a comunidade lésbica também tem sido alvo de diversos ataques, primeiro por serem mulheres em sociedades machistas e misóginas, mas também por serem mulheres em sociedades que discriminam todas as orientações sexuais que diferem das normas heterossexuais. Braga et al. (2022) analisaram em sua pesquisa o quanto as lesbianidades que discordam da performance de feminilidade hegemônica não são aceitas, toleradas e imunes as práticas corretivas durante o processo de construção e aceitação do sujeito dentro das instituições educadoras como a família, igreja, escola, entre outras.

Os autores afirmaram que a família é a primeira instituição a zelar pela subversão de gênero, fazendo uso da lesbofobia, de modo silencioso, como preparação e reprodução de corpos compulsoriamente heterossexualizados. Lorenzo (2012) em concordância com Braga et al. (2022) considera a violência lesbofóbicas como modo de produzir a heterossexualidade, que por sua vez é tida como uma norma compulsória, na qual pode ser disfarçada de discursos como: vestir roupas femininas, pintar as unhas, emagrecer e demais “ensinamentos” e ações corretivas produzidas entre os participantes da instituição.

Ainda em consonância com Braga et al. (2022), (Halberstam, 2008) reputa que a lesbofobia dentro dessas instituições educadoras se manifesta de maneira diferente dos discursos de homofobia, uma vez que a lesbofobia surge, inicialmente, camufladas de ideias de aceitação e tolerância da performance masculina nos corpos das mulheres. O autor ressalta que tanto mulheres lésbicas quanto heterossexuais podem se construir em desacordo com as expectativas de performance sem obrigatoriamente mudar de sexo.

Corroborando com o estudo de Silva e França (2020) onde o autor considera que o estigma e a discriminação se desenvolvem através da superioridade de um imaginário de corpos heteronormativo. Herek (2004) pontua sobre a construção das violências fóbicas e o quanto as mesmas foram desenvolvidas por meio de um sistema altamente estruturado, a fim de fortalecer o binarismo de gênero através da hierarquização de corpos normativos.

Silva et al. (2021) concluíram através da análise de suas pesquisas que o sofrimento psíquico de pessoas vítimas de discriminação advém do estado de negação da condição de LGBTQIA+, do estigma existente e a falta de suporte para o enfrentamento das adversidades em outros contextos. Visto que, essa negação pode ser oriunda do enraizamento social, o sujeito pode estar inserido em campos de sofrimento sem suporte.

O autor sobredito aponta, que o preconceito experienciado pelos sujeitos resulta da incompreensão das diferenças de gênero e orientação sexual. Em concordância com o autor, Lanz (2014) ressalta que os conflitos enfrentados por essas pessoas podem estar relacionados às roupas, adereços, mudanças físicas e comportamentos, aos quais desvia-se das normas estabelecidas socialmente.

O estigma em função da reprodução de papéis em acordo com a identidade de gênero está habitualmente relacionado a um contexto social, econômico e psicológico, desfavorável aos indivíduos considerados como desviantes (SILVA, 2021). O estigma é fator determinante de uma desigualdade social, é através dele que são produzidas as segregações de indivíduos e os grupos ao qual este pertence.

Segundo Schulman (2009), essa discriminação produz violência em níveis estruturais, interpessoais e individual. pode desenvolver a pessoa afetada sentimentos de rejeição, isolamento, vergonha e negação, trazendo consequências graves em suas experiências sociais e relações afetivo-sexuais, além de prejudicar a saúde mental e física.

A ideia da construção de um modelo de identidade certo ou errado, acarreta no sujeito vários questionamentos acerca da sua existência, de modo que o mesmo busque reproduzir essa padronização, tanto relacionada a sua orientação sexual como a performance de gênero, por longos períodos da sua vida por considerar-se desajustado (Araiza e Gisbert, 2007). Essa busca por uma remodelação de corpos baseado nos padrões normativos, tem causado inúmeras consequências negativas, sofrimentos psíquicos e físicos para as pessoas vítimas de discriminação, como uma tentativa falha de “ajustamento” social.

Ainda em concordância com o autor citado anteriormente, destaca-se que a reprodução de uma heteronormatividade compulsória é promovida também pelos indivíduos que temem se enquadrar como anormais, acabam reproduzindo suas identidades nos papéis esperados de normalidade, se aprisionando as realidades adoecedoras (ABREU; ANDRADE, 2010).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência das pessoas é atravessada pela construção da identidade, as ideologias de padrões normativos impostas a elas são resultados de poder e coerção social, em uma tentativa de domesticação dos corpos. Pode-se observar o quanto a mídia e a sociedade influenciam diretamente na estruturação destes, à modos certos de vestir, agir e relacionar-se, e o quanto ainda há uma falta de representatividade ligada à diversidade de aparência corporal feminina, levando muitas mulheres a acreditarem que precisam se adequar a um padrão estético ideal.

Embora as transformações e mudanças significativas aconteçam diariamente, a sociedade ainda é regida pelo discurso dominante de submissão da mulher em relação ao homem. Nesse sentido, é preciso romper a ideia de papéis normativos e fortalecer a fluidez de múltiplas feminilidades.

O estudo possibilitou um maior esclarecimento do tema, bem como para o seu aprofundamento referente as dificuldades que a mulher enfrenta durante o seu processo de construção, seja a inserção na sociedade, a busca por visibilidade e até mesmo a sua aceitação, considerando a visão que a mesma possui sobre o seu corpo, comportamento e suas relações serem opostas ao que lhe foi direcionado desde o nascimento.

Pode-se concluir através da análise e discussão realizada, que com base nos autores citados se faz necessário intervir junto a sociedade em relação aos padrões estabelecidos culturalmente, buscando entender a construção da identidade de gênero fora dos olhares normativos da sociedade; no qual é propagado uma visão de estigmatização e discriminação direcionado ao modo de existir desses indivíduos.

Diante desse contexto, saliento a importância da psicologia em explorar estudos sobre gênero e trabalhar as redefinições das condições e normas de vivências; desenvolvendo novas percepções sobre os papéis de identidades sociais, com o intuito de desconstruir a visão discriminatória e estigmatizada que resiste sob a pessoa oprimida.

Considerando a Psicologia enquanto promotora de saúde e bem-estar, e a falta de visibilidade para discussões sobre a temática, se faz necessário um maior aprofundamento, através de estudos empíricos e quantitativos, de modo que ofereça mecanismos de enfrentamento para essas demandas e promova uma visão mais ampla sobre as questões levantadas no presente estudo.

## REFERÊNCIAS

- ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010.
- ABREU, Jânio Jorge Vieira de; ANDRADE, Thamyres Ramos de. A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola. **Anais do VI Encontro de pesquisa em educação. UFPI**, 2010.
- ALEXANDRE, Marcos. Breve descrição sobre processos grupais. **Comum**, v. 7, n. 19, p. 209-19, 2002.
- ALFARACHE LORENZO, Ángela Guadalupe. La construcción cultural de la lesbofobia. **Una aproximación desde la antropología**. 2012.
- ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As Multifaces do Patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 115. 2010.
- ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva de. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. 2005.
- ARAIZA, Alejandra; GISBERT, Gustavo. Transformaciones del cuerpo en psicología social. **Psicología: Teoría e Pesquisa**, v. 23, p. 111-117, 2007.
- BAPTISTA, Nuno Jorge Mesquita. Teorias da personalidade. **ISMAI**. Portugal, 2008.
- BARBOSA, Ana K. da Silva et al. **GÊNERO FLUÍDO: A Autopercepção da Construção de Identidade de Gênero Fluido nos Padrões Normativos**, Olinda: 2019.
- BARBODA, Tasiane et al. AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL PARA DISCUSSÕES SOBRE TRANSGÊNERO. **TCC-Psicologia**, (BARBODA, 2020).
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: A experiência vivida. Vol. 2. Rio de Janeiro, **Nova Fronteira**. 1967.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.
- BRAGA, Keith Daiani da Silva; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas. **Pro-Posições**, v. 33, 2022.
- BURGER, Leandro Francisco. **Educação sexual como exercício de cidadania para o respeito à diversidade de gênero e sexualidade: sequência didática com enfoque em evolução**. 2019. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Biológicas, Pós-graduação em Ensino de Biologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- BUTLER, Judith. Gender trouble: feminism and the subversion of identity, New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.



BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marina Moreira Antonucci de. Os impactos de padrões estéticos hegemônicos e modelos de feminilidade na subjetividade das mulheres. 2018.

CASTRO, Florêncio Vicente; DIAZ, A. V. D.; VEJA, J. L. V. – Construcción psicológica da la identidad regional: tópicos y estereótipos en el proceso de socialización el referente a Extremadura. Badajoz: **Gráfica Disputación Providencial de Badajoz**, p. 63-66, 1999.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Revista Contemporânea**, vol. 3, N. 2. Universidade Federal da Bahia- UFBA. Salvador, 2013.

CSORDAS, Thomas J. **Corpo/ Significado/ Cura**. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

CYRINO, Rafaela. A categorização do masculino e do feminino e a ideia de determinismo cultural: uma crítica epistemológica aos usos normativos do gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 2013.

DE DIREITOS HUMANOS, Comissão Interamericana. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas. **Recuperado de <http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPessoasLGBTI.pdf>**, 2015.

DIAS DE MENEZES, Tayana. **As mídias e a representação feminina: um estudo sobre a identidade social da mulher**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeira. A mulher como o «outro»: a filosofia e a identidade feminina. **Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 24, n. 1, 2014.

GALVAO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professores em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: **CEPESC**; Brasília: SPM, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAAD. Media Reference Guide 2016. New York e Los Angeles, 2016.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC - **Livros Técnicos e Científicos**. Editora S.A, 1963. Vol. 2, 1988.

- GOMÉZ, M.C; ROCHA, M.V. Construindo corpos sobre cultural-histórico femininos. **Áskesis**, n. 2, v.7, p. 38-51, Junho/dezembro 2018.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.
- GROSSI, M. Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p.1-18, 1998.
- GROSSI, M. Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Estudos de Gênero: Cadernos de Área 9**, Goiânia, v.9, p.29-46, 2000.
- GUIMARÃES, Jamile; CABRAL, Cristiane da Silva. Negociando normalidade (s): construções da identidade de gênero entre meninas. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.
- HALBERSTAM, Judith; SÁEZ, Javier. **Masculinidad femenina**. Barcelona: Egales, 2008.
- HEREK, Gregory M. Beyond “homophobia”: Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. **Sexuality Research & Social Policy**, v. 1, n. 2, p. 6-24, 2004.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2ª edição – **revista e ampliada**. Brasília, 2012.
- LANZ, Letícia. O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Vozes, 2006.
- MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. Processos identitários, alteridade e diversidade: diálogos entre a psicologia cultural e as artes visuais. 2016.
- MARTIN-BARÓ I. Psicologia Social desde Centro América. In: I. Martín-Baró – El poder social – II. San Salvador: Editora UCA, p. 90-227. 1989.
- MELO, Zélia. M. Estigma: espaço para exclusão social. **Revista Symposium**, 4 (número especial), p. 18-22, 2000.
- MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008.
- MEINERZ, Nádya Elisa. Mulheres e masculinidades: etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parcerias homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre. 2011.
- MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Tradução: Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- Nogueira, Conceição e Luísa Saavedra, Estereótipos de Gênero. “Conhecer para transformá-los”. Cadernos Sacaufesf: Igualdade de Gênero, Lisboa, Ministério da Educação (online), (2007). Consultado em 12.11.2021. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7635144-Estereotipos-de-genero-conhecer-para-os-transformar.html>.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero, a história de um conceito**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, 2009.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 16, p. 185-205, 2006.

RIOS, Roger Raupp; PIOVESAN, Flávia. **A discriminação por orientação sexual**. In: Seminário Internacional- As minorias e o direito, Brasília, Vol. 24, 2001.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020.

ROSSI, Túlio Cunha. Feminilidade e suas imagens em mídias digitais: Questões para pensar gênero e visualidade no século XXI. **Tempo Social**, v. 29, p. 234-255, 2017.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Vol. 15, N. 2, 1995.

SILVA, José Carlos Pacheco da et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2643-2652, 2021.

SILVA, Sergio Gomes da; FRANÇA, Alexandre Nabor. Vidas precárias: a performatividade na constituição das violências fóbicas em gêneros e sexualidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2020.

SMITH, Andreza do Socorro P. Oliveira; SANTOS, Jorge L. de Oliveira. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, p. 1083-1112, 2016.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010.

STREY, Marlene N. A "criação" do corpo feminino ideal. In: Marlene. N. Strey & S. T. L. Cabeda. Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar. **EdiPucrs**: Porto Alegre p. 225-254, 2004.

TAJFEL, Henri. Categorização Social, Identidade Social e Comparação Social. In: \_\_\_\_\_ Grupos Humanos e Categorias Sociais - estudos em psicologia social – II. Livros Horizontes, 1983.